

Milliet retoma amanhã negociação com credores

Valério Ayres



Milliet quer assegurar o pagamento dos juros devidos este ano

Fechar um acordo provisório com os bancos credores para assegurar o pagamento dos juros deste ano, a partir de janeiro, antes da assinatura do protocolo relativo à negociação de médio prazo da dívida externa. Com essa missão, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, retoma, amanhã, em Nova Iorque, as negociações com o comitê de bancos credores do Brasil. Depois de uma semana de reuniões, iniciadas no dia 11 de janeiro, o presidente do BC viajou ao Brasil no final de semana passado e sua volta a Nova Iorque era esperada inicialmente para a última quinta-feira.

Milliet e o assessor especial para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, se juntarão ao diretor da Dívida Externa do BC, Antônio de Pádua Seixas, e ao embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira, para inteirá-los das orientações recebidas do presidente José Sarney e do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

O Brasil manterá a posição de que não tem recursos para arcar com o pagamento integral dos juros referentes a 1988 da dívida contraída junto aos bancos internacionais, mas está disposto a contribuir com um terço desse total para reiniciar as negociações. Manterá também a negociação em torno de um empréstimo-ponte (bridge loan) com o objetivo de colocar em dia o pagamento dos juros deste ano.

Este empréstimo será necessário tendo em vista que se esperava a conclusão dos termos do acordo da dívida para meados de janeiro, mas o processo de assinatura pode demorar de três a seis meses e seria necessário um novo acordo provisório para pagar os juros que vencem nesse período. Politicamente o empréstimo-ponte representa o rompimento definitivo da moratória e, ao colocar o Brasil em dia com os juros em janeiro, evita a possibilidade de nova reunião da comissão que tem poderes para desclassificar os créditos de países em atraso.

A proposta defendida pelos negociadores brasileiros ressalta que na composição do empréstimo-ponte, o Brasil entraria com um terço dos juros, sacando de suas reservas, desde que isso não prejudique o País. As agências intergovernamentais de crédito (FMI, Banco Mundial e Clube de

Paris) pagariam outro terço e aos bancos privados caberia o restante. Ao deixar de pagar as agências oficiais durante o período de três a seis meses previstos para a assinatura final do protocolo do acordo, os juros equivaleriam a US\$ 2 bilhões. Como os compromissos mensais de juros são estimados em US\$ 800 milhões, as necessidades totais, durante seis meses, chegariam a cerca de 5 bilhões.

Reforço

Para reforçar a estratégia de negociação brasileira, Fernando Milliet levará para Nova Iorque novas projeções sobre o comportamento da balança comercial para 1988, que indicam um superávit de US\$ 11,5 bilhões, contra os US\$ 10 bilhões projetados anteriormente. Leva também uma revisão da meta referente ao déficit público que cairia de 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para 2,5% este ano.

Na bagagem de Milliet constarão ainda detalhes sobre a sistemática de unificação orçamentária, que está em vigor desde 1º de janeiro, tendo como objetivo um controle maior do déficit público já que os gastos complementares terão que ser autorizados pelo Congresso Nacional. A apresentação desses dados será complementada com exposições do presidente do Banco Central sobre a nova política econômica do País («feijão com arroz») calcada no controle da inflação e na garantia de um crescimento econômico entre 4 e 5% contra os 6% previstos anteriormente.

Estes novos dados servirão de base para os cálculos que definirão o montante que poderá ser assumido pelo Governo brasileiro no bojo do empréstimo-ponte solicitado pelos negociadores. O Banco Central já está remontando o fluxo de caixa do Governo, à vista de novas informações sobre as possibilidades da balança comercial de 1988, bem como os resultados já obtidos pela balança comercial em 1987. Caso consiga fechar um novo acordo provisório com o comitê de bancos credores, o Brasil poderá iniciar negociações informais com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o objetivo de normalizar o mais rápido possível as relações do País com a comunidade financeira internacional.

O Governo brasileiro acredita que as negociações da dívida externa estão caminhando bem desde o momento em que decidiu depositar US\$ 500 milhões, parceladamente,

como seguro referente aos juros devidos em 1987. Os bancos, por sua vez, depositaram US\$ 1,5 bilhão, também parceladamente. A partir daí, as perspectivas de um acordo ficaram mais próximas, embora com atenções voltadas para os juros vencidos em janeiro de 1988.

Prejuízos

Por sua vez os principais bancos norte-americanos acabam de divulgar o balanço de 1987, acusando pesados prejuízos, apesar do lucro registrado no último trimestre. As perdas foram atribuídas à necessidade de fazer provisão para cobrir empréstimos dados a países endividados, especialmente o Brasil e o Equador.

O Citibank, maior credor brasileiro, fechou 1987 com um prejuízo de US\$ 1,138 bilhão. Deste total, somente o não pagamento dos juros devidos pelo Brasil consumiu US\$ 333 milhões de seus ganhos operacionais. Além disso, a instituição teve de ampliar as provisões para possíveis perdas com empréstimos de US\$ 1,826 bilhão em 1986 para US\$ 4,41 bilhões em 1987.

O segundo maior credor do Brasil, o Chase Manhattan, teve um prejuízo no ano passado de US\$ 895 milhões em comparação com o lucro de US\$ 585 milhões em 1986. A consequência disso foi o aumento de US\$ 1,6 bilhão nas reservas para devedores duvidosos, que fecharam o ano em US\$ 2,72 bilhões, equivalentes a 4% da carteira de empréstimos pendentes.

Além de ter causado prejuízos aos bancos credores em 1987, o Brasil continua liderando a lista dos países mais endividados. De acordo com o Bank for International Settlements (BIS), que representa o Banco Central dos Bancos Centrais, a dívida brasileira aos bancos privados, incluindo alguns créditos comerciais, é de US\$ 88,8 bilhões. Logo a seguir, na lista do BIS vem o México, com uma dívida de US\$ 80,7 bilhões; em terceiro está a Austrália, com US\$ 40,7 bilhões; em quarto vem a União Soviética, com US\$ 37,4 bilhões; em quinto a Argentina, com US\$ 36,6 bilhões; em sexto a Coreia do Sul, com US\$ 35,5 bilhões; em sétimo a Venezuela, com US\$ 25,5 bilhões; em oitavo a Indonésia, com US\$ 23,8 bilhões; em nono a Noruega, com US\$ 19,7 bilhões, e em décimo a Argélia com US\$ 19,5 bilhões.